

## ARTIGOS



# FAMÍLIAS SERGIPANAS DO PERÍODO COLONIAL (IV)\*

Ricardo Teles Araújo\*\*

## RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar as origens da família Faro Leitão. A partir das análises efetuadas é possível inferir que provavelmente os primeiros membros da família eram portugueses oriundos da cidade do Faro. Dessa forma, acredita-se que João Leitão de Faro deve ter sido o primeiro membro da família que chegou em Sergipe, ainda no período da sua proto-história (1590-1645).

**PALAVRAS-CHAVE:** genealogia, família Faro Leitão, Sergipe.

---

\* Artigo publicado originalmente no número 37 da Revista do IHGSE, com alguns problemas de impressão.

\*\* Genealogista

## FARO LEITÃO

O sobrenome Faro remete a cidade de Faro, no Algarve, Portugal. Provavelmente os primeiros membros da família em Sergipe eram portugueses oriundos da cidade do Faro e, embora lá não usassem o topônimo em seu sobrenome, ao chegarem no Brasil acrescentaram aos seus sobrenomes de família o nome da cidade de origem.

Faro é uma antiga cidade de origem romana. No tempo dos Romanos chamar-se-ia Ossonoba, embora haja quem discorde, alegando que no tempo do domínio árabe Santa Maria e Ossonoba (*xant maria* e *okxonuba* em árabe) seriam cidades vizinhas, a primeira servindo de porto à segunda. Santa Maria seria a hoje Faro. Ossonoba era também o nome dado à região aonde se situava Santa Maria<sup>1</sup>. Sobre a adoção do topônimo Faro aos sobrenomes já no tempo do domínio árabe, escreveu Cláudio Torres:

“A velha Ossónoba, denominada “Santa Maria” durante o século XI, passa a chamar-se “Santa Maria de Faro”, devido ao fato provável de ter sido construído nessa altura um farol, tomado necessário devido ao assoreamento da ria. Assim cremos que o nome “Faro” não advém de um antropônimo e sim, ao contrário, foi a cidade a dar o seu nome a uma importante família local, Ibn Harun, que durante dezenas de anos a governou. Era vulgar entre os muladis, os conversos ao islamismo, a incorporação do topônimo natal ao nome corânico, adotado no momento de abraçar a nova fé.”<sup>2</sup>

Concordamos com Cláudio Torres. O nome *Harun* em árabe quer dizer *luz, chefe, protetor, guarda* ou *mensageiro*<sup>3</sup>, justamente o que faz

<sup>1</sup> MACHADO, José Pedro. *Ensaio arábico-portugueses*. Lisboa: Editorial Notícias, 1997, p. 24.

<sup>2</sup> MATOSO, José (coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. 8v. V.1, p. 398.

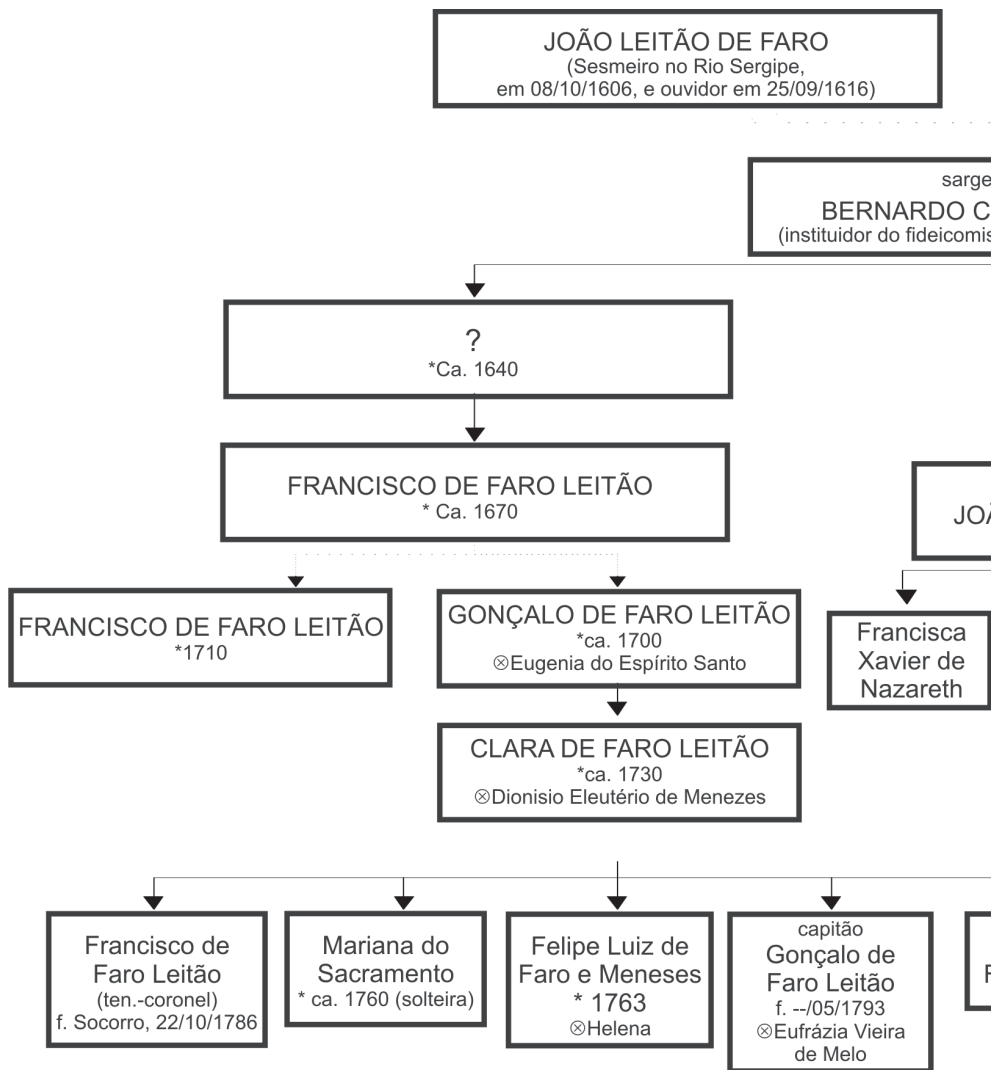
<sup>3</sup> GANDHI, Maneka e HUSAIN, Ozair. *The Complete Book of Muslim and Parsi Names*. New Delhi: HarperCollins, 1994.

o farol. Além do significado de “Harun” ser o mesmo de farol, a raiz linguística das duas palavras é a mesma. Harun tem a mesma raiz linguística de Faros, a ilha egípcia aonde existia o famoso Farol de Alexandria, uma das sete maravilhas do mundo antigo, e que deu origem ao nome *farol*. Faros era oriundo do grego *pharós*, este por sua vez oriundo, provavelmente, do antigo egípcio, pois *pharós* parece ter a mesma raiz do termo egípcio *pr’e* que significa “grande casa” e a partir do Novo Império (1500 A.E.C.), “faraó”<sup>4</sup>. Apesar da língua árabe e da grega pertencerem a troncos linguísticos distintos, respectivamente afro-asiáticos e indo-europeus, ocorreram empréstimos de ambos os lados, devido ao intenso comércio mediterrânico, desde o tempo dos fenícios, povo semita que nem o árabe, cerca de 1000 A.E.C. Do topônimo *pharós* ou *harun* (em árabe), poderia vir sem dificuldade um antropônimo Harun, assim como ocorreu muitas vezes em Portugal, como por exemplo, com o antropônimo *Guimarães* vindo da cidade de Guimarães, *Viana* da cidade de Viana do Castelo, *Almeida* da vila de Almeida e *Oliveira* dos inúmeros lugares e freguesias com o nome de Oliveira. A troca da letra árabe *h* pela letra *f* era comum nos empréstimos árabes no português, como, por exemplo, na palavra *refém*, que vem do árabe *rahan*<sup>5</sup>.

As mais antigas fontes onde encontramos referências à pessoas da família Faro Leitão em Sergipe, se encontram no Livro de Notas 1735/38 do Cartório de São Cristóvão, em alguns documentos avulsos de 1718, 1720 e 1724, existente nas caixas referentes a Sergipe do Arquivo Histórico Ultramarino, e em uma carta do Conde de Vimieiro, de 13/11/1718, ao capitão Francisco de Faro Leitão, fora a carta de doação de sesmaria de João Leitão de Faro, de 08/10/1606, apresentada por Felisbello Freire, *História de Sergipe*.

<sup>4</sup> HOOKER, J.T. (introdução). *Lendo o passado*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 148.

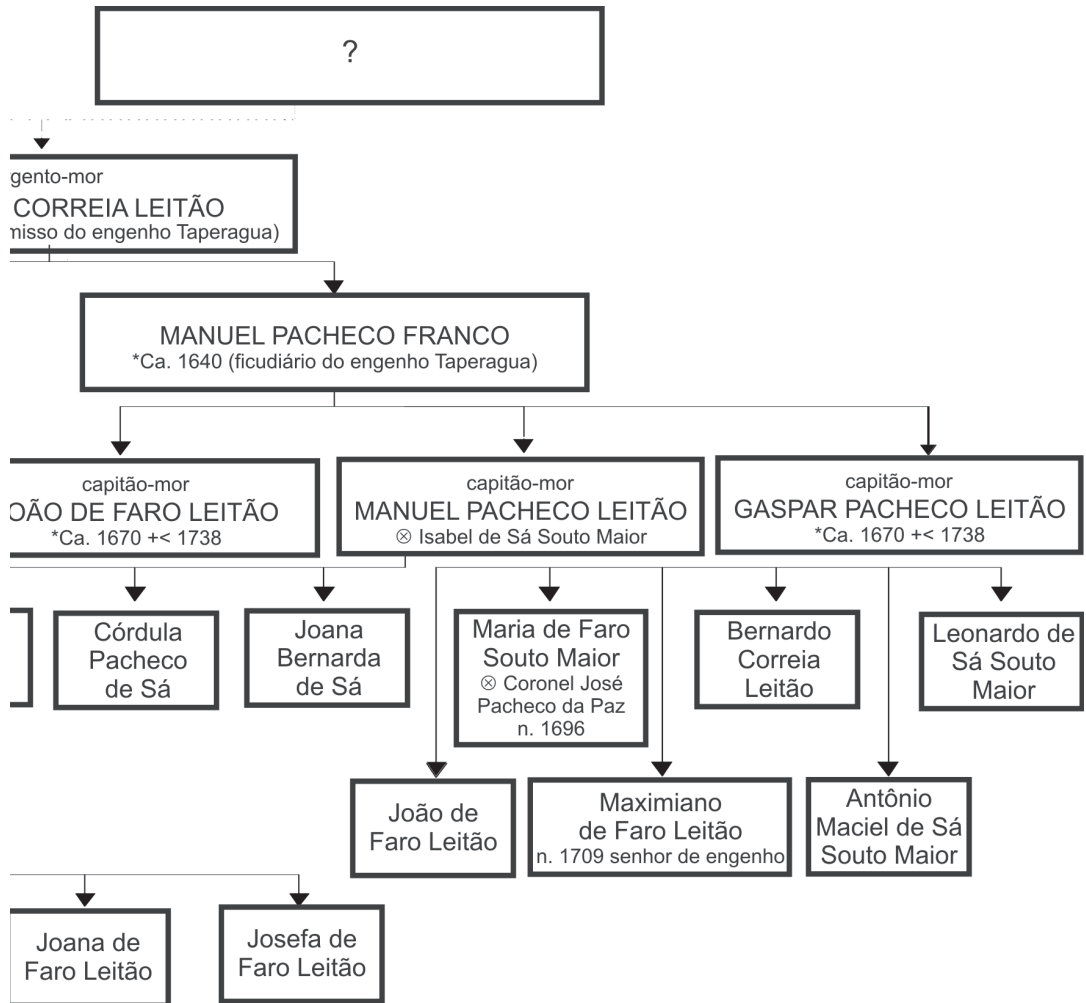
<sup>5</sup> SOUSA, João de. *Vestígios da língua arábica em Portugal*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1830.



## GENEALOGIA DA FAMÍLIA FARO LEITÃO (DE SERG

Nota: Linha cheia denota parentesco seguro, linha pontilhada, pare

FAMÍLIAS SERGIPANAS DO PERÍODO COLONIAL (IV)



GIPE)

rentesco provável

João Leitão de Faro deve ter sido o primeiro da família que chegou em Sergipe, ainda no período da sua proto-história (1590-1645). Recebeu uma sesmaria de uma légua por uma légua do capitão-mor Nicolau Faleiro de Vasconcelos, em 08/10/1606, na margem sul do Rio Sergipe, vizinho à de Antonio Lopes Pereira<sup>6</sup>. João Leitão de Faro foi ouvidor de Sergipe em 25/09/1616<sup>7</sup>.

Em 31/03/1657, Manoel Leitão era sargento da companhia do capitão Antonio Coelho do limite de Lagarto. Encontrava-se preso na cadeia de São Cristóvão, por ter-se envolvido na expulsão do vigário de São Cristóvão, Sebastião Pedroso de Góes. É possível que esse sargento fizesse parte da família Faro Leitão<sup>8</sup>.

Francisco de Faro Leitão era capitão de cavalos de uma das tropas da Ordenança de que era coronel Antonio Martinho de Barbuda, que aliás não morava em Sergipe e foi acusado pelo capitão-mor Custódio Rebelo Pereira de ausente e de não ser conhecido das pessoas do seu próprio regimento. A ausência do coronel levou as tropas a um tal desligamento que mesmo passando bando para avisar que haveria mostra, em 12/02/1718, apenas dez soldados compareceram de um total de 51 que havia na companhia do capitão Francisco<sup>9</sup>.

Francisco de Faro Leitão era primo de João de Faro Leitão, que tinha um irmão chamado Gaspar Pacheco. João de Faro Leitão, recebe o ofício e carta-patente de capitão-mor da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, em 8 de agosto de 1720<sup>10</sup>. Os três parentes foram acusados de um crime gravíssimo, em 1724: a morte do filho e do neto do capitão Mendo de Sá Souto Maior, respectivamente, Claudio Maciel e Artur de Sá. Feita devassa pelo ouvidor da comarca de Sergipe, ninguém fora acusado e o infeliz capitão pede à Sua Ma-

<sup>6</sup> FREIRE, Felisbelo. *História de Sergipe*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1977, p.404.

<sup>7</sup> Livro primeiro do governo do Brasil.

<sup>8</sup> AHU, Sergipe doc 9.

<sup>9</sup> AHU Sergipe doc 105

<sup>10</sup> AHU, Sergipe, doc. 39.

jestade o Rei D. João V que mande tirar nova devassa, pois, segundo ele, o seu filho e o seu neto teriam sido assassinados pelos irmãos João de Faro Leitão e Gaspar Pacheco, seu primo Francisco de Faro e a mulata Luzia. El Rey, ouvindo o parecer favorável do Vice-Rei Vasco Fernandes Cesar de Menezes, em 12/06/1725, mandou fazer nova devassa<sup>11</sup>. Francisco de Faro (talvez o mesmo acima) foi acusado pelo Ouvidor Antonio Soares Pinto de ter atentado contra a vida do seu antecessor pelo fato de o mesmo ter executado uma dívida sua com os defuntos e ausentes<sup>12</sup>.

No Livro de Notas, hoje existente no Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe, há uma escritura de terras e mais pertences do engenho Taperagua, passada em 22/05/1738, em que Isabel de Sá Souto Maior, viúva de Manoel Pacheco Leitão, e seus filhos Bernardo Correa Leitão, Leonarda de Sá Souto Maior, João de Faro Leitão, Maximiano de Faro Leitão, Antonio Maciel de Sá Souto Maior, Joana Bernarda de Sá, Córdula Pacheco de Sá e Francisca Xavier de Nazareth para o coronel José Pacheco da Paz, a fim de o mesmo se casar com a sua filha e irmã Maria de Faro Souto Maior. Estas terras foram instituídas como fideicomisso pelo bisavô dos filhos, o sargento-mor Bernardo Correia Leitão, usando de sua terça, e com a morte do seu pai Manuel Pacheco Leitão sucederam todos igualmente. O fideicomisso era uma propriedade que herdava o primogênito de duas gerações, sendo o primeiro herdeiro chamado de fiduciário e o segundo de fideicomissário. No caso do engenho Taperagua, Manuel Pacheco Franco, avô dos doadores, era o fiduciário do fideicomisso e o pai, Manuel Pacheco Leitão, o fideicomissário.

01/03/1738. Escritura de venda, trespasso, doação e data que faz D. Isabel de Sá Souto Maior e seus filhos, ela viúva de

---

<sup>11</sup> AHU Sergipe doc 143.

<sup>12</sup> AHU Sergipe doc 147.

Manuel Pacheco Leitão, e seus filhos Bernardo Correia Leitão, Leonardo de Sá Souto Maior, João de Faro Leitão, D. Maximiana de Faro Leitão, Antonio Maciel de Sá Souto Maior, D. Joana Bar... De Sá, D. Cordula Pacheco de Sá, D. Francisca Xavier de Nazaré ao coronel José Pacheco da Paz, do engenho Taperagua, suas terras e mais pertences [...] de canas obrigados ao mesmo engenho. Houveram por título de deissa? Fidei comisso perpétuo que instituiu da manufatura de sua terça seu bisavô deles vendedores, cedentes e doadores, o defunto sargento-mor Bernardo Correia Leitão, em [...] sucederam todos igualmente por falecimento do seu pai Manuel Pacheco Leitão [...] avô Manuel Pacheco Franco [...] ao dito comprador para efeito de casar com sua filha e irmã deles vendedores, cedentes e doadores, d. Maria de Faro Souto Maior, com a qual está hoje legitimamente casado [...] e legítima de seu pai posse da legítima que faz adjudicada a Gonçalo de Sá Souto Maior [...] sua mãe Isabel de Sá [...]; e outrossim, irmãos os ditos vendedores, cedentes e doadores a saber: d. Joana Barrera? de Sá, D. Cordula Pacheco de Sá, D. Francisca Xavier de Nazaré senhoras e possuidores etc. etc. Por doação e deixa que fez seu tio o capitão-mor João de Faro Leitão, já defunto, [...] de canas e terra sita no [...] Vaza-Barris em légua que chamam de [...] que houveram por título de doação que seu tio o capitão-mor o defunto Gaspar Pacheco Leitão e sua mulher lhe fizeram.

O instituidor do fideicomisso do engenho Taperagua, sargento-mor Bernardo Correia Leitão, entrou em litígio com o capitão-mor de Sergipe Ambrósio Luís de la Penha, solicitando à Sua Majestade, em 1665, que fosse tirado devassa sobre os maus procedimentos do capitão-mor, oferecendo, inclusive, uma caução de sua própria fazenda, para o caso de o capitão-mor sair inocentado da devassa.

Senhor,

Manda Vossa Majestade por decreto de 18 de novembro passado ... consulta neste conselho uma petição de Bernardo Correia Leitão, na qual diz que Ambrósio Luís de la Penha, capitão-mor de Sergipe del Rey tem procedido e procede no exercício do seu cargo com insolência fazendo e obrando as exorbitâncias e excessos que constam dos capítulos que oferece e porque vai acabando seu triênio (...) de que fique sem castigo os ditos excessos cometidos no dito cargo contra o serviço de Vossa Majestade e de seus vassallos, e ele Bernardo Correia quer depositar a caução necessária para a devassa não saindo culpado o dito Ambrósio Luís. Pede a Vossa Majestade lhe faça mercê mandar passar provisão para que o ouvidor geral do crime que ora é (...) ou qualquer outro ministro (...) que Vossa Majestade for servido, vá a dita capitania de Sergipe e devasse do conteúdo nos ditos capítulos e pelos mais que der acabdos os três anos do dito capitão-mor que se acaba em fevereiro do ano de 666, e proceda contra ele conforme as culpas que resultarem da devassa.

Ao conselho parece que Vossa Majestade deve ordenar que o ouvidor geral do crime da Relação do Brasil ou outro qualquer desembargador da mesma Relação de toda inteireza e bons procedimentos, tanto que Ambrósio Luís de la Penha acabar os três anos porque foi provido do cargo de capitão-mor da capitania de Sergipe (...) tirar residência do dito tempo que serviu o dito cargo, enviando-se-lhe os translados dos capítulos oferecidos por Bernardo Correia Leitão que ficam neste Conselho, para perguntar pelo que se contém neles, e que saindo culpado se proceda contra ele como parecer justiça e conforme merecerem as suas culpas. Em Lisboa, 22/12/1665.

A combinação Correia Leitão apresenta uma similaridade com uma das primeiras famílias do Rio de Janeiro: a de Francisco Correia Leitão, nascido por volta de 1644, filho de Brás Correia Leitão e de

Maria de Matos, ambos naturais de Alvarinha, comarca de Leiria. Esse Francisco casou-se em São Gonçalo, em 05/08/1674, com Ângela do Amaral, filha de João Batista Jordão e de Ângela de Arão, da família Amaral Gurgel<sup>13</sup>.

Em 07/02/1750, o coronel José Pacheco da Paz continuava como dono do engenho Taperagua, quando testemunhou na devassa de residência de Manuel Francês, que tinha sido capitão-mor de Sergipe, declarando ter 55 anos, o que deduz que nasceu provavelmente em 1695.

Em 04/02/1750, Francisco de Faro Leitão aparece como a 25ª testemunha do auto de residência de Manuel Francês, que foi capitão-mor de Sergipe, declarando morar na Vargem de Nossa Senhora do Desterro, termo de São Cristóvão, viver de suas fazendas e ter 40 anos de idade, tendo nascido provavelmente em 1710<sup>14</sup>. Pela sua idade, com certeza esse homem não era o mesmo Francisco de Faro Leitão acima, que foi capitão de cavalos em 1718.

O capitão Gonçalo de Faro Leitão aparece como capitão de uma companhia de 29 soldados pertencente ao Regimento de Cavalaria do coronel Filipe Pereira do Lago, no Mapa de Regimentos da Capitania de Sergipe de El Rey enviado pelo capitão-mor Francisco da Costa ao Rei D. João V, em 03/04/1734<sup>15</sup>. Provavelmente o mesmo Gonçalo de Faro Leitão casado com Eugênia do Espírito Santo. Teve, que descobrimos, uma filha de nome Ana ou Clara de Faro Leitão, que foi casada com Dionísio. Ana ou Clara fez testamento, registrado no Livro de Registro de Testamento de São Cristóvão de 1803/1804, à folha 52, declarando na ocasião ser nascida na Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, de São Cristóvão, filha dos citados Gonçalo e Eugênia, que deixava de bens o Engenho Massapé e que tinha seis filhos:

- Francisco, que teve uma filha de nome Maria;

---

<sup>13</sup> RHEINGANTZ, Carlos. *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1965.

<sup>14</sup> AHU, Sergipe doc 371.

<sup>15</sup> AHU Sergipe doc 277.

- Felipe Luís de Faro, que foi o seu primeiro testamenteiro e teve um filho de nome Francisco;
- Gonçalo;
- Joana;
- Josefa;
- Mariana.

Alexandre de Faro Leitão, do século XVIII teve o filho capitão Francisco de Faro Leitão, nascido em Socorro, SE, provavelmente em 1789, pois em 1829 o seu nome aparece como capitão da 4ª Companhia de Cassadores do Batalhão 24, de Laranjeiras, tendo 40 anos e 4:000\$000 réis de renda anual<sup>16</sup>. Seu nome completo era Alexandre José de Faro Leitão e era capitão das ordenanças da Freguesia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba em 1785, quando tirou a lista das pessoas que plantaram mandioca na mesma e a enviou para o Governo da Bahia<sup>17</sup>. Ele mesmo aparece na listagem como sendo Lavrador de Cana do Engenho Jiqui, de propriedade de Manuel Gomes dos Santos. O capitão Alexandre possuía 8 escravos e tinha plantado em suas terras 1000 covas de mandioca.

Segue abaixo o resumo da descendência de Gonçalo de Faro Leitão e de Eugênia do Espírito Santo:

### **Gonçalo de Faro Leitão**

⊗ Eugênia do Espírito Santo

Teve que descobrimos:

#### **I.1 Clara de Faro Leitão<sup>18</sup>**

⊗ Dionísio Eleutherio de Menezes

Teve q.d.:

---

<sup>16</sup> APES, Comandante de Batalhões.

<sup>17</sup> Documento no Arquivo Público da Bahia (APEB, 188), cedido gentilmente por Luiz Mott.

<sup>18</sup> De acordo com o testamento da sua filha Mariana do Sacramento, feito em 15/07/1826 (AJES, S. Cristóvão-LRT 1830/42, f.2), e fonte secundária que colhemos no arquivo do Dr. João Dantas Martins dos Reis, no Instituto Histórico Geográfico de Sergipe.

## II.1 Francisco de Faro Leitão (tenente-coronel)<sup>19</sup>

† Comendaroba, Freguesia de N.S. do Socorro, SE, 22/10/1786

## II.2 Mariana do Sacramento<sup>20</sup>

★ Cotinguiba, SE, ca. 1760

## † Divina Pastora, SE, 21?/08?/1826

(solteira)

## II.3 Felipe Luís de Faro e Menezes<sup>21</sup>

« 1763

⊗ Helena de Faro Leitão

<sup>19</sup> Morreu de dois tiros de bacamarte ao sair da igreja da Comandaroba onde tinha ido assistir missa, às 10 horas da manhã, em 22/10/1786, a mando de D. Jacinta Maria de Castro, Antonio Pereira da Silva e do sargento-mor Bento José de Oliveira. Bento José tinha tido dissensões com ele, querendo congraçá-lo com Antonio Pereira. Morto Francisco, foi preso Antonio Pereira, solto pouco depois por Bento José, que para isso arrombou a cadeia e induziu ao Meirinho para levá-lo à cadeia de São Cristóvão, sendo solto no caminho e se hospedando na sua casa. Para embaraçar a investigação, Bento José de Oliveira alegou que Felipe Luiz e seus irmãos e parentes tinham mandado dar um tiro no preso. O exame de corpo delicto nas roupas do falecido foi feito em 31/10/1786 (AHU, Sergipe doc 481).

<sup>20</sup> Mariana declarou em 1826 que tinha, também, a sobrinha Antonia casada com José Pinheiro. Este José Pinheiro era o então tenente e depois major José Pinheiro de Mendonça casada com Antonia de Faro Leitão, atestado, inclusive, no testamento de sua filha Joana de Faro Leitão, feito em Laranjeiras, SE, 01/06/1856 (AJES Laranjeiras 1-T-c1, doc16). Na ocasião Joana declarou ser nascida na Freguesia de Divina Pastora, SE, filha do Major José Pinheiro de Mendonça e de Antônia de Faro Leitão e que foi casada com Manoel Fernandes Rollemberg Chaves, não tendo filhos. Joana era irmã de Manoel Dinis de Faro Leitão, Luís de Faro Leitão, que tinha um filho José, N.N., que foi casada com Manoel dos Santos Silva e teve a filha Ana, e de outra N.N. que foi casada com Francisco de Faro Leitão e teve a filha Maria. Seu testamento está registrado no livro de registro de testamentos da comarca de São Cristóvão (AJES, SC-LRT-c3).

<sup>21</sup> Em 05/10/1805, Francisco Muniz Teles, Raymundo Teles Barreto de Menezes, José de Barros Pimentel, Manuel da Porciúncula Lins e Manuel Pereira Carvalho queixaram-se à Sua Majestade dos irregulares procedimentos do sargento-mor Felipe Luiz de Faro e Menezes que, segundo eles, conservava ao seu serviço um coito de facinorosos liderados pelos matadores Manuel Cardoso e seu irmão Domingos e mais um soldado desertor da praça de Pernambuco de nome José Marinho, que o serviam há mais de oito anos. Por mandado dele mataram José Antonio, no lugar do Genipapo, Estácio de tal, no lugar da Terra Dura, e Gonçalo de tal, no Pé do Banco [hoje Siriri], e em todos as

filha do capitão José Ferreira Passos<sup>22</sup>, «Santo Amaro das Brotas, 1729, e de Clara Maria de Almeida; n.p. Gualter Ferreira Passos e de Elena de Andrade.

Teve que descobrimos:

**III.1 Francisco de Faro Menezes**

**III.2 Gonçalo de Faro Leitão e Menezes<sup>23</sup>**

---

devassas feitas saíram pronunciadas as próprias vítimas, devido ao fato de o ouvidor [José Antonio Alvarenga Barros Freire] ser seu parcial e receber infinitos mimos do mesmo. Além disso, Felipe vexava os povos, destruindo suas lavouras com o seu gado e queimando cercas (tinha ele 6 léguas de terra arrendadas a 200 ou 300 rendeiros pobres, de quem ele abusava colocando o seu próprio gado nas terras arrendadas, causando prejuízos aos rendeiros - AHU, Sergipe doc 478). Tirava da cadeia de Santo Amaro até presos com crimes de morte, como fez com Mateuzinho, acusado de matar Antonio Felix. Prendia muitos pobres se ferissem qualquer uma de suas reses e não pagassem em dia a renda de suas terras. Felipe tinha quatro engenhos moentes e correntes. Mantinha preso na cadeia de Santo Amaro dois homens na enxovia e tronco, sem culpa alguma, porque ser Felipe homem muito rico e que fazia tudo quanto queria. Após a morte do seu sogro José Ferreira Passos, passou a usar os soldados das ordenanças [que não recebiam soldo algum] para fazer guarda aos presos de sua paixão, de dia e de noite, enquanto pela lei de 20/10/1763, eles só estavam obrigados a transportar os presos para a cadeia da relação. Quando o governador determinou que a câmara propusesse o nome do capitão-mor, com a assistência do corregedor, Felipe Luiz subornou os vereadores doando-lhes vacas mortas e feixes de açúcar, para que fosse indicado em primeiro lugar, apesar de ser ele cego e de mau gênio. Como capitão-mor aumentou o seu próprio salário com inquisitórios e outros emolumentos vantajosos. Deixou de tirar devassa do levante do povo contra o vigário da freguesia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba, Antonio Alves de Miranda Varejão, por solicitação de Bento Jose de Oliveira, mentor da sedição, aconselhando e dando agregados para isso. Esse apoio a Bento José de Oliveira mostrava que Felipe Luiz de Faro e Menezes esquecera que foi o próprio Bento José que mandara matar o seu irmão, o tenente-coronel Francisco, em 1786, quando o próprio Felipe tinha 23 anos de idade (AHU, Sergipe doc 481).

<sup>22</sup> O capitão José Ferreira Passos, que foi casado com Clara Maria de Almeida, fez testamento em Santo Amaro das Brotas, em outubro de 1804, e declarou que tinha uma filha de nome Helena de Faro Leitão, que casou com o sargento-mor Felipe Luís de Faro de Menezes.

<sup>23</sup> Foi testamenteiro da sua tia Mariana do Sacramento, em 30/01/1833 (AJES, SC-LRT- c.3).

#### **II.4 Gonçalo de Faro Leitão (capitão)<sup>24</sup>**

† —/05/1793

⊗ Eufrásia Vieira de Melo (1° ⊗)

filha de Antônio Coelho Barreto e de Quitéria Gomes de Sá;

Teve que descobrimos:

#### **III.1 Clara de Faro Leitão**

⊗ Gonçalo Paes de Azevedo Jr.<sup>25</sup>

★ Santo Amaro das Brotas, SE † —/11/1821

filho do Cap. Gonçalo Paes de Azevedo e de Antônia de Moura Caldas.

#### **III.2 Maria José de Faro Leitão**

1° ⊗ Manuel Rollemberg de Azevedo

2° ⊗ João Gomes de Mello (Barão de Maroim)

---

<sup>24</sup> Gonçalo de Faro Leitão foi provido por patente do governador da Bahia, dom Rodrigo José de Menezes, ao posto de capitão da 6ª Companhia de Cavalos da Capitania de Sergipe del Rey, do coronel José Caetano da Silva Loureiro, em 07/07/1786, devido à promoção de José Ferreira Passos que ocupava o mesmo posto. Como ele não pediu confirmação da patente à Sua Majestade no prazo de seis meses, como determinava o capítulo 16 do Regimento do Governo da Bahia, ele solicitou nova patente ao então Governador Dom Fernando José de Portugal, que a concedeu em 16/09/1790, para que ele pedisse confirmação. O coronel do regimento já não era mais José Caetano da Silva Loureiro, que se retirara para a vida sacerdotal, e sim, Baltazar Vieira de Mello (AHU, Bahia 15408).

<sup>25</sup> Gonçalo Paes de Azevedo Jr. deixou ao falecer dois engenhos e dinheiro par afilhados e escravos. Era irmão de Francisca Pereira do Lago (AJES, S. Cristóvão, LRT 1820/22, f.144).

### III.3 Joana de Faro Leitão

★ ca.1790

⊗ Cap.-Mor José da Mota Nunes<sup>26</sup>

‡ Laranjeiras, SE, 11/06/1847

Teve:

#### IV.1 Francisco de Faro Motta Leitão (major)

★ Socorro, SE, —/—/18—

1° ⊗ Antônia Leopoldina (de Faro)

filha de Manuel Zuzarte de Siqueira e Mello e de Clara Angélica de Araújo.

2° ⊗ Maria de Azevedo Faro

(sem geração)

O Major Francisco de Faro Motta Leitão teve com a crioula Simoa, uma filha natural.

#### IV.2 Cap. Felipe de Faro Motta Leitão<sup>27</sup>

‡ Laranjeiras, SE, 04/07/1871

⊗ Maria da Glória de Faro Jurema

(sem geração)

<sup>26</sup> O Cap.-Mor José da Motta Nunes era o dono dos Engenhos Flor da Roda e Tanque do Moura (AJES, Laranjeiras 1-I-c7, doc4). Mota Nunes era uma antiga família sergipana atestada desde 1726, quando o tenente Antonio da Mota Nunes, branco, casado, lavrador de tabacos e de idade que disse ser de 40 anos («1686?»), depôs sobre os comportamentos do capitão-mor de Sergipe José Pereira de Araújo (AHU, Sergipe doc 152). Em 1756, no mapa da companhia de auxiliares do capitão Gonçalo Tavares da Mota, do Terço da Vila de Itabaiana, do capitão-mor Simão Teles de Menezes, aparecem como soldados José da Mota Nunes e Antonio da Mota Nunes, provavelmente irmãos por constarem um do lado do outro na lista conforme costume da época (AHU, Sergipe doc 402). Talvez fossem filhos do já mencionado tenente que tinha 40 anos em 1726.

<sup>27</sup> O capitão Felipe de Faro Motta não teve filhos e por isso seus bens passaram para os seus irmãos. era ele dono dos Engenhos Tanque do Moura e Massapê (AJES, Laranjeiras 1-I-c7, doc1).

**IV.3 Major Gonçalo de Faro Motta** (Engenho São Gonçalo das Pedrinhas)<sup>28</sup>

† Antônia de Azevedo Faro

⊗ Laranjeiras, SE, <1876

filha de Antônio de Faro Leitão

**IV.4 Helena de Faro Motta Leitão**

1° ⊗ T.Cel. José Nobre Paes de Azevedo Faro

2° ⊗ Salustiano Orlando de Araújo Costa

filho de Manuel Joaquim de Araújo Costa

**IV.5 Antônia de Faro Motta Leitão**

1° ⊗ Cap. Antônio Manoel de Faro Leitão

2° ⊗ José Bernardino de Sá

★ SE, 1810?

**IV.6 Luiza de Faro Motta Leitão**

⊗ Major Felipe de Azevedo Faro

**IV.7 Maria de Faro Motta Leitão**

† Laranjeiras, SE

1° ⊗ o primo Hermenegildo da Motta e Menezes

2° ⊗ Alexandre José de Faro

(sem geração)

---

<sup>28</sup> Gonçalo de Faro Motta tomou-se o tutor de seus filhos em 23/06/1876, devido ao falecimento de sua mulher Antônia (AJES, Laranjeiras 1-Tut-c1, doc3). Dois anos depois ele se nega a prestar contas da tutoria de seus filhos perante o juiz, alegando que os pais não estavam obrigados a fazê-lo (Idem-I-c13, doc3). Dois documentos citados tiramos a sua descendência.